Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Ata N.º 6

Sessão Ordinária realizada a 17-12-2018

Aos dezassete dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária, pelas vinte e uma hora e trinta minutos, na sala de sessões da Sede da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM - Discussão e votação da proposta do Executivo da Junta n.º206/2017-2021 **"Grandes Opções do Plano/PPI/Orçamento 2019 e Mapa de Pessoal para 2019".**

PONTO DOIS - Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Actividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º5A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

I. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Verificada a presença de todos (as) os (as) senhores (as) deputados (as) (Anexo I), de seguida o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia indicou a correspondência recebida e expedida, bem como as deslocações e presenças realizadas em representação da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro. De seguida deu início ao período para a intervenção do público.

Usou da palavra o senhor Fernando Eusébio que colocou duas questões a primeira relativa ao Carnaval: " Disse que na reunião da comissão realizada em 13/08/2017, concordaram com o novo modelo que foi acordado, relativo à

transferência de verbas da Câmara Municipal do Montijo para a Junta de Freguesia, no dia 31/12/2018, recebeu um email a convocar para a reunião da comissão na Junta de Freguesia e verifica na referida reunião que o apoio financeiro iria ser dado pela Câmara Municipal a diversas coletividades, neste caso a quatro instituições no valor de dez mil euros e onde os Unidos não estão incluídos, informou que os Unidos vão continuar na comissão e vão fazer melhor que no ano anterior, no entanto pergunta o porquê dos Unidos estarem excluídos do apoio financeiro".

A segunda questão prende-se com o Pavilhão:" Disse que luz já tem e questiona o senhor Presidente do Executivo se em 2019, vai haver alguma intervenção a nível de sintético e pinturas".

O senhor Presidente do Executivo usou da palavra e começou por cumprimentar os presentes, de seguida respondeu ao senhor Fernando Eusébio e disse:" Que tudo o que se insere no Carnaval tem de perguntar à Comissão, da qual eu não faço parte. Inicialmente, devido ao facto de após o Carnaval de 2018 ter existido uma perseguição de algumas figuras políticas do nosso Montijo às coletividades, as verbas iriam para a Junta de Freguesia e não para as coletividades para que estas não sejam alvo de perseguição". "Posteriormente fui informado que não era possível em tempo útil levar a sessão de Câmara e à Assembleia Municipal a questão das verbas, a Comissão decidiu que as verbas seriam distribuídas pelas coletividades. Disse que na reunião que foi convocada pelo presidente da comissão, foram explicadas todas as questões e perguntado se havia dúvidas ou questões a colocar e lamenta que os Unidos não tenham colocado essas questões. Não é preciso receber verbas para fazer parte da organização do Carnaval e para participar no mesmo. Relativamente ao pavilhão informou que dentro das nossas necessidades iremos ajudar na medida que nos for possível, em relação ao sintético a Junta de Freguesia não tem orçamento para fazer sozinha, mas vamos estra ao lado dos Unidos".

O senhor Fernando Eusébio voltou a usar da palavra e leu a Ata n.º1 e n.º2 da Comissão Organizadora do Carnaval.

O senhor Presidente do Executivo no uso da palavra disse: "Que não entende porque é que o senhor Fernando Eusébio quis ler as atas, porque tudo o que leu foi exactamente o que eu disse, mantenho o que disse acerca de não ter sido eu a convocar a última reunião, nas primeiras reuniões estive presente como Presidente de Junta, uma vez que ainda não tinha sido nomeada a respetiva Comissão, quero dizer que enquanto Presidente de Junta sempre cedi a sala da Junta de Freguesia para as reuniões da Comissão, uma vez que não há sede própria e informar que não há qualquer colectividade que seja excluída".

O senhor Deputado João Veiga (CDU) usou da palavra e disse:" Que o Carnaval é importante para o Montijo e é importante que se faça, se a partir de agora a Câmara Municipal transfere as verbas para a Junta de Freguesia em vez de ser para as coletividades, a Junta assume uma responsabilidade de explicar porque é que uma colectividade que foi pioneira do reinício do Carnaval foi excluída de receber a verba? O senhor Presidente não pode fugir à resposta, tem de haver uma razão, os processos têm de ser transparentes porque os dinheiros são públicos".

O senhor Presidente do Executivo no uso da palavra disse: Que transparência é importante todos termos e atenção também, o senhor Deputado não esteve atento ao que aqui foi dito, a Câmara Municipal não transferiu para a Junta de Freguesia qualquer verba, a Junta de Freguesia não distribuiu as verbas pelas coletividades, eu disse que não houve tempo de levar a sessão de Câmara e à Assembleia Municipal, o que eu disse foi que depois de ter recebido esta informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, transmiti ao Presidente da Comissão a decisão da Câmara Municipal e devia ser ele a reunir com as coletividades e decidir quem ia receber as verbas, não fui eu que decidi excluir os Unidos, deve ser à Comissão que a questão deve ser colocada e não à Junta de Freguesia ou à Assembleia de Freguesia".

O senhor Deputado João Carlos Peres (CDU) no uso da palavra cumprimentou os presentes e colocou as seguintes questões:

Existe algum critério para a escolha das coletividades?

Como foi formalizada a Comissão do Carnaval?

Não seria melhor fazer uma Comissão Organizadora autónoma das coletividades, com estatutos próprios, eleitos democraticamente, ter um representante da Junta, até porque a Junta é um dos principais financiadores do Carnaval?

O senhor Presidente do Executivo no uso da palavra disse:" Penso que já respondi grande parte das questões e reafirmando que não faço parte da Comissão do Carnaval, mais informou que o Carnaval começou em 2016, onde participaram algumas coletividades que integraram o Carnaval, além das trinta e seis coletividades a abrangência é de tal ordem que podem participar os sócios, das coletividades, amigos e o cidadão comum, não há qualquer critério nem restrição, portanto maior abrangência que esta não pode haver".

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia pôs para aprovação e discussão o Projeto de Ata n.º 5, a qual foi aprovada por unanimidade.

O senhor Deputado João Carlos Peres (CDU) usou da palavra e disse:" Voltando à temática do Carnaval, uma vez mais o senhor Presidente da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro voltou a contornar as questões".

O senhor Presidente do Executivo no uso da palavra perguntou ao senhor Deputado João Peres se a questão era se ele concordava com uma comissão com estatuto? Respondeu que não concorda e considera não ser a solução mais favorável.

O senhor Deputado António Oliveira (BE) leu uma Sugestão (Anexo II) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Presidente do Executivo disse ao senhor Deputado António Oliveira "Que o executivo aceita esta sugestão, e irá fazer chegar à Câmara Municipal do Montijo e aguardar a decisão".

O senhor Deputado Luciano Fernandes (PSD) no uso da palavra disse:" Sobre os subsídios para o Carnaval porque é que é a Comissão a decidir quais as coletividades a receber as verbas, para mim isto é uma situação muito grave. Mostrou desagrado em relação ao Afonsoeiro, disse que o bairro parece pior que uma favela do Brasil, tem cabos pendurados e que é uma vergonha, perguntou porque é que se metem postes de electricidade no meio dos

passeios, o que causa um grande transtorno às pessoas que querem passar com carrinhos de bebes. Em relação ao Estrela Afonsoeirense pergunta porque é que o Estrela está a jogar no Vale da Amoreira, o novo campo do Afonsoeiro não tem condições, está mal feito, há uma semana o campo abateu, eu pergunto ao senhor Presidente da Junta se estivesse a haver um jogo com crianças e se tivesse havido uma desgraça, de quem era a responsabilidade?"

O senhor Presidente do Executivo usou da palavra e disse:" Favela não aceito, não sei se devo dizer que é uma ofensa para quem mora no Afonsoeiro ou se é um devaneio do Senhor Deputado. Postes, enquanto presidente de Junta não tenho conhecimento de colocação dos mesmos no meio dos passeios, mas é uma situação que vou verificar e se existir perigosidade, ver com a EDP qual a viabilidade de mudar isso. Quanto aos cabos tenho conhecimento que as operadoras estavam a verificar a situação. Estrela Afonsoeirense, está bem de saúde, tem uma excelente direcção, a decisão de irem jogar para o Vale da Amoreira, isso é uma decisão da direcção, relativamente ao abatimento, não tenho conhecimento".

O senhor Deputado Luciano Fernandes (PSD) no uso da palavra disse: "Que quem ofende a população do Afonsoeiro é a autarquia e não ele".

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia no uso da palavra disse:" Que o campo do Estrela Afonsoeirense já teve um grande investimento por parte da Autarquia e que foi posteriormente abandonado".

O senhor Deputado Gabriel Potra (PS) no uso da palavra disse:" Que a opção do Estrela Afonsoeirense estar a jogar no campo do Vale da Amoreira foi uma necessidade e não uma escolha, em virtude de existir muitos escalões e onde um desses escalões tem de jogar num campo de futebol 11, no qual não existe no Afonsoeiro, por esse motivo o Vale de Amoreira, disse ainda que o Estrela pode jogar no Campo do Olímpico, porque o campo é da autarquia, mas a gestão é feita pelo Olímpico, o Estrela Afonsoeirense fez um pedido ao Olímpico, mas não foi possível devido ao elevado número de equipas a jogar. Informou que tivemos a compromisso da Câmara Municipal do Montijo e da Junta de Freguesia que iremos voltar a ter campo".

O senhor Deputado Luciano Fernandes (PSD) disse:" Que o que foi dito pelo senhor Presidente da Assembleia de Freguesia em relação ao abandono do campo, não corresponde à verdade".

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra disse: "Que sobre esta matéria queria colocar uma questão ao senhor Presidente do Executivo, e pergunta até que ponto é que não deve haver um esforço para aproveitar a capacidade de instalar na freguesia, e tanto quanto sei existe um campo de futebol no Bº do Areias, o qual está meio abandonado ou tem pouca prática, visto isto porque é que não passa o Estrela Afonsoeirense a jogar neste campo, uma vez que está perto e vai com crianças, jogar para o Vale da Amoreira, até se resolver o problema do campo do Estrela".

O senhor Presidente do Executivo no uso da palavra disse:" Que abraça com alguma força a sugestão do senhor Deputado João Veiga, informou que temos estado em contacto permanente com a direcção do Estrela, partilhamos algumas preocupações e estamos a acompanhar, há projetos e temos dado algum apoio financeiro, mas devido ao que as associações de futebol exigem, mesmo com a recuperação feita ao campo do Areias, devido às normas que a associação tem, o mesmo não tem capacidade para suportar um jogo de futebol federado".

O senhor Deputado Francisco Cordeiro (PSD) no uso da palavra disse:" Que ia voltar a falar de um assunto que já referiu na última Assembleia de setembro, que são as árvores junto à escola do Esteval/Areias e que o senhor Presidente do Executivo informou que já tinham sido vistas pelos serviços, mas estamos em dezembro e continuam iguais. Arborização da Cidade, na altura da substituição das árvores na Av. 25 de Abril, à referencia no facebook da Câmara Municipal a um plano de arborização municipal, e eu enquanto munícipe, solicitei por email aos serviços a pedir esse plano, não obtendo resposta, voltei a enviar email como deputado desta assembleia, mas ainda não obtive resposta, solicito que senhor Presidente da Assembleia de Freguesia peça aos serviços da Câmara Municipal o referido plano para conhecimento. Disse ainda que na Praceta Aldegalega, encontram-se vários veículos imobilizados, solicita ao senhor Presidente do Executivo

intercedência junto da Câmara Municipal ou da PSP, uma vez que os mesmos estão a ocupar lugares".

O senhor Presidente do Executivo no uso da palavra informou o senhor Deputado Francisco Cordeiro, que em relação aos carros imobilizados, a junta já tinha enviado informação para a fiscalização a solicitar o respetivo tratamento. Plano Municipal de Arborização, amanhã vou enviar por escrito a solicitação ao senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente às árvores junto à escola, informou que já tinha reunido com o chefe de divisão dessa área, e estou convencido que o problema ainda não foi resolvido por falta de pessoal, mas vou novamente ver o que se passa.

A senhora Deputada Maria do Rosário Fernandes (PSD) usou da palavra e disse:" Que na Rua Egas Moniz, existe uma grave falta de limpeza, no parque de estacionamento junto ao cemitério estão dois carros parados há imenso tempo e as ervas já crescem à volta, informou ainda que na Av. Luís de Camões em cima de uma passadeira existe um buraco muito grande e não se vê solução à vista".

O senhor Presidente do Executivo usou da palavra e disse:" Que em relação aos carros da rua Egas Moniz, não tinha conhecimento mas vou ver o que é que se passa, falta de limpeza vou solicitar a mesma aos serviços, o buraco na Av. Luís de Camões, informou que o mesmo foi feito por uma empresa de electricidade e ainda estão a decorrer os trabalhos, não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal do Montijo irei na mesma perguntar se têm conhecimento em que ponto está esta situação".

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS-PP) apresentou uma Proposta (Anexo III) e leu duas Declarações Políticas (Anexos IV e V) que fazem parte integrante desta ata.

A senhora Deputada Joaquina Tapadinhas (CDU) leu uma saudação (Anexo VI) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Deputado António Oliveira (BE) no uso da palavra relembrou umas coisas que aqui já foram faladas e volta a falar, para quem está em casa saiba que aqui falasse nos assuntos, é urgente que na Av. Portas da Cidade sejam colocadas lombas, para que sejam evitadas desgraças antes que aconteçam. O

sinal de entrada do Montijo, manda as pessoas para a Atalaia e para o Fórum, para o centro do Montijo não manda. Falta de limpeza de passeios na Rua Leonardo Coimbra. Zona delimitada de peões, junto ao AKi, é uma zona privada mas a Junta tem de fazer pressão. Tráfego na rotunda Porta da Cidade e em todas aquelas artérias está intenso, é urgente pensarem na colocação de mais árvores, porque custa-se a respirar.

O senhor Presidente do Executivo em resposta ao senhor Deputado António Oliveira disse:" Que das sugestões aqui colocadas, já foram as mesmas transmitidas a quem de direito".

A senhora Deputada Celina Figueiredo (CDU) leu um Voto de Protesto (Anexo VII) e um Voto de Solidariedade (Anexo VIII) que fazem parte integrante desta ata.

O senhor Deputado Francisco Santos (PS) no uso da palavra disse:" Que em relação à primeira declaração lida pelo senhor Deputado do CDS-PP, é que de facto nunca devia ter acontecido, foi o que o senhor Vereador eleito pela coligação PSD-CDS-PP fez, como todos nós sabemos o senhor Vereador não tem pelouros atribuídos, nem sequer dispõe de delegação para assinar ofícios em nome da Câmara para outras entidades e mais grave fez tudo isto sem ter dado conhecimento ao Presidente da Câmara Municipal, desrespeitou o órgão e os cidadãos que o elegeram".

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS-PP) usou da palavra disse:" Que estão aqui em causa duas acções distintas, uma a do senhor Vereador e a outra do executivo, ou seja, a indicação foi dada aos serviços para abertura da correspondência e é esta segunda que foca esta declaração política, sobre a primeira, penso que já está em andamento, portanto terá as suas consequências, ou não".

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à aceitação a Proposta para a Criação de Unidade Local de Proteção Civil apresentado pela CDS-PP e o Voto de Solidariedade apresentado pela CDU, que foram aprovados para discussão.

O senhor Deputado Francisco Santos (PS) apresentou uma proposta de alteração, onde se lê: "o deputado do CDS-PP propõe que a Assembleia

delibere - A criação da Rede de Agentes Locais de Proteção Civil e a criação do seu respectivo regulamento, também nos termos do artigo 241º da CRP", deverá ler-se: "o deputado do CDS-PP propõe uma Recomendação ao Presidente da Junta - A criação da Rede de Agentes Locais de Proteção Civil e a criação do seu respectivo regulamento, também nos termos do artigo 241º da CRP".

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS-PP) aceitou a proposta da Bancada do PS.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) disse:" Que a Bancada da CDU ia propor a mesma alteração que a mesma passe a Recomendação, porque é uma competência e decorra na Lei do Presidente da Junta".

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS-PP) no uso da palavra disse:" Que é uma competência do Presidente da Junta, portanto será dessa forma".

Foi colocada à votação a Proposta, a qual foi aprovada por maioria.

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS-PP) usou da palavra e disse:" Sabendo que irão existir alterações à legislação no início do próximo ano, sugere-se que entre em execução no próximo ano, após alteração da legislação".

O senhor Deputado António Oliveira (BE) usou da palavra e disse:" Que absteve-se porque ainda não sabe quais são as alterações à Lei".

Foi colocado à discussão a Voto de Protesto, apresentado pela Bancada da CDU.

A senhora Deputada Céu Simões (PS) leu uma Declaração Política (Anexo IX) que faz parte integrante desta ata.

A senhora Deputada Celina Figueiredo (CDU) no uso da palavra disse:" Que é uma opinião, qualquer das maneiras há duas ou três coisas que não vamos deixar passar, em primeiro lugar não vale o que os professores, pais e alunos viram o que se passou à porta da escola e o que foi colocado no facebook, não estamos aqui a inventar e eu gostava que a bancada do PS, documentasse e mostrasse onde é que foi a CDU a instigar e a motivar os alunos a fazerem esta manifestação e a empurrar a policia, o que se passou

no Montijo, passa-se um pouco por todo o pais, não é a primeira escola fechada a cadeado, nem a primeira onde há falta de auxiliares, não foi só um problema do governo PSD-CDS, mas também um problema do governo PS e da Câmara PS, não percebo como é que se pode dizer que os rácios estão a ser cumpridos, porque não são, a escola não funciona devidamente, os pais e alunos estão cansados, hoje as pessoas são muito muito mais atentas, muito mais participativas e muito mais interventivas, portanto é normal que se tenham mobilizado".

O senhor Deputado António Oliveira (BE) no uso da palavra disse:" Que relativamente a este assunto, independentemente se houve violência ou não da polícia, há aqui uma coisa que nós temos que defender que é a educação e a educação é para ter qualidade".

O senhor Deputado João Veiga (CDU) usou da palavra e disse:" Que uma acção simbólica de manifestação de alunos, pais e professores, só alguém que não entende é que a leva para uma manipulação de uma força política, isto aconteceu de uma forma espontânea e se aconteceu é porque alguma coisa está mal lá dentro, aceitou-se competências sem capacidade para as cumprir. Quanto à violência policial, houve empurrões às crianças e isso era desnecessário. Todos os cidadãos têm direito a uma escola pública de qualidade".

A senhora Deputada Céu Simões no uso da palavra disse:" Que em primeiro lugar, não dissemos que a CDU instigou, dissemos que não deve fomentar nem incentivar através de apoio manifesto, cobertura mediática que foi dada, são coisas diferentes, nós não temos provas que a CDU tenha lá estado, em segundo lugar tanto quanto sei e acompanho a situação daquela escola há mais de dez anos, através de associações de pais e sei muito bem de perto o que se passa ali. Aquilo que nos sugerem é que se a competência dos assistentes operacionais, fosse do ministério da educação, uma taxa de absentismo de 30% o ministério teria resposta? É só da Câmara Municipal o problema? Eu sei que a Câmara Municipal mantém os rácios que são definidos em portaria e também sei que quando lhe é permitido atribui mais pessoa àquele agrupamento e aos outros".

O senhor Deputado António Oliveira (BE) usou da palavra e disse:" Que relativamente à educação, toda a agente educa para o bem, más há aqui uma coisa, que é elas saberem lutar pelos seus direitos. Eu defendo o ensino público, não quero um país de burros, quero um país que saiba pensar, um país para a frente".

O senhor Deputado João Veiga (CDU) usou da palavra e disse:" Que se o ministério da educação estivesse a competência dos assistentes operacionais, claro que podia resolver a situação, disse ainda que a Câmara Municipal podia ter evitado o que aconteceu".

A senhora Deputada Céu Simões (PS) no uso da palavra disse:" Eu também gosto de dar voz às crianças, mas o que faltou aqui foi dar a conhecer os deveres que elas tinham, as crianças têm de saber lutar, mas com os deveres. Quanto ao que disse o senhor Deputado João Veiga em relação ao ministério da educação, acaba de me dar razão, porque perante aquele momento iriamos ter o mesmo problema na resolução".

A senhora Deputada Celina Figueiredo (CDU) usou da palavra e disse:" Falasse muito aqui em direitos e deveres, mas o exemplo tem de vir da escola e se estas crianças não têm segurança, não têm o funcionamento da papelaria, não têm o funcionamento do bar, quanto têm de ir para o hospital ficam lá sozinhos devido ao défice de auxiliares. Que exemplo ou direitos é que estamos a dar a estas crianças?"

A Deputada Lurdes Ferreira (PS) no uso da palavra disse:" Que trabalhou no agrupamento de escolas e por várias vezes acompanhou crianças ao hospital e nunca os deixou lá sozinhos, sem que fosse dado alta de hospital ou até chegar os pais".

Foi colocado à votação o Voto de Protesto, o qual foi rejeitado por maioria com catorze votos contra (10 PS, 3 PSD, 1 CDS-PP), e cinco votos a favor (4 CDU e 1 BE).

O senhor Deputado Francisco Cordeiro (PSD) usou da palavra e fez a seguinte declaração de voto: " A bancada do PSD vota contra o Voto de Protesto apresentado pela CDU, pois não temos informação em concreto que houve intervenção violenta e propositada por parte da Polícia".

Foi colocado à votação o Voto de Solidariedade, o qual foi rejeitado por maioria com dez votos contra (10 PS) e nove votos a favor (4 CDU, 1 BE, 1 CDS-PP e 3 PSD).

O senhor Deputado Nuno Tereso (PS) leu uma Declaração de Voto (Anexo X) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Deputado João Rodrigues (CDS-PP) usou da palavra e fez a seguinte declaração de voto: " A bancada do CDS-PP vota contra o Voto de Protesto apresentado pela CDU, porque não há provas, o que viram foi os agentes a tentar furar os presentes para conseguirem chegar ao portão, acerca do governo anterior lembro que estávamos em recessão e com intervenção externa, qualquer governo faria exactamente o mesmo, agora se alegam que está tudo bem nestes três governos de troika interna, então que o façam".

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM - Discussão e votação das **"Grandes Opções do Plano/PPI/Orçamento 2019 e Mapa de Pessoal para 2019".**

O senhor Presidente do Executivo leu uma Declaração (Anexo XI) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Deputado Francisco Cordeiro (PSD) no uso da palavra disse:" Que congratula-se de ver neste orçamento a verba para o orçamento participativo e colocou as seguintes questões ao senhor Presidente do Executivo:

- Quais os tipos de aplicação e newsletter previstos?

- Parques para caninos, a verba já está prevista, ainda é para este ano e se sim, onde serão a sua localização?

- Na página 23, outras instituições, pede que fosse dada uma descrição mais detalhada".

O senhor Presidente do Executivo na resposta ao Deputado Francisco Cordeiro disse:" Esperamos que em 2019 possamos levar o Orçamento

Participativo a efeito, há normas a cumprir, ainda não terminaram os trinta dias para consulta pública, após isso iremos trazer à Assembleia de Freguesia a situação mais definida. Relativamente aos canais de comunicação temos tido várias reuniões, no sentido de aperfeiçoarmos o nosso site e o facebook. Parques para canídeos, está previsto para este ano, já consultámos o Presidente da Câmara Municipal por causa dos locais, uma vez que estes são camarários, temos neste momento dois locais previstos um na Praça da Paz, Afonsoeiro e o outro no Saldanha, Montijo. Em relação à questão colocada da página 23 (outras instituição), esta rubrica tem todos os apoios dados dados a todas as instituições/coletividades, quer desportivas, quer culturais, que ao longo do ano com os contratos programa celebrados, iremos favorecer essas instituições/coletividades".

O senhor Deputado Francisco Santos (PS) leu uma Declaração (Anexo XII) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra disse:"Que estamos perante o documento mais importante de gestão da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e o mesmo refere a forma miserabilista como o Poder Central trata o Poder Local Democrático e nomeadamente as Juntas de Freguesia, compreendo que é difícil gerir com esta verba, quase 40% é para despesas com pessoal, acho que o senhor Presidente devia fazer uma nota explicativa melhor. Quero dizer aqui que a CDU sempre foi contra ao Orçamento Participativo, entendemos que não deve ser assim".

O senhor Presidente do Executivo na resposta ao Deputado João Veiga disse:" Que concordava com o que disse, quando diz que este orçamento podia ser melhorado e é por isso que peço a ajuda de todos e convoco todos os partidos, infelizmente o seu partido não compareceu, com as propostas apresentadas pelos presentes conseguimos equilibrar o orçamento, é sempre da nossa vontade que tudo se melhore. Em relação ao Orçamento Participativo, não vou tecer alguma consideração sobre a vossa posição, tenho que aceitar mesmo não concordando, porque á através do Orçamento Participativo que nós aqui podemos receber as informação da Cova da Loba, Areias, Esteval, porque essas zonas através deste Orçamento, podem vir dizer

o que é que querem para as suas zonas habitacionais, os dez mil euros tenho pena de não ser cem mil, mas infelizmente o orçamento é pardo e temos que iniciar com esta verba".

O senhor Deputado João Veiga (CDU) no uso da palavra disse:" Que fica-lhe mal dizer o que disse aqui o senhor Presidente, sabe perfeitamente que no dia da reunião eu liguei-lhe a informar que tinha acontecido um contratempo e quando cheguei, a reunião já tinha terminado".

O senhor Presidente do Executivo disse:" Que não há qualquer intenção de ir ao encontro daquilo que o senhor Deputado João Veiga acabou de dizer em relação à minha pessoa, quer para o senhor deputado quer para o próprio partido, e ninguém está livre de ter um contratempo, mas o senhor Deputado podia ter ligado a um colega do seu partido para vir à reunião".

A senhora Deputada Celina Figueiredo no uso da palavra perguntou ao senhor Presidente do Executivo, qual o apoio concreto que a Junta dá as associações de apoio socio alimentar.

O senhor Presidente do Executivo disse:" Que a junta dá géneros alimentares".

De seguida as "Grandes Opções do Plano/PPI/Orçamento 2019 e Mapa de Pessoal para 2019" foi aprovada por maioria, com onze votos a favor (10 do PS e 1 do CDS-PP), oito abstenções (4 CDU, 3 do PSD e 1 do BE) e zero votos contra.

O senhor Deputado António Oliveira (BE) leu uma Declaração de Voto (Anexo XIII) que faz parte integrante desta ata.

O senhor Deputado João Veiga (CDU) usou da palavra e fez a seguinte declaração de voto: " A CDU absteve-se nesta proposta das Grandes Opções do Plano/PPI/Orçamento 2019 e Mapa de Pessoal para 2019, porque é o orçamento do PS que legitimamente apresenta e vai por em execução, mas discordando nós de alguns aspectos, inclusivamente sendo nós contra ao Orçamento Participativo, nunca poderíamos votar a favor".

PONTO DOIS - Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Actividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º5A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O senhor Presidente do Executivo no uso da palavra agradeceu aos senhores deputados a forma como encaram este orçamento. Em relação às informações que se realizaram, destacou a festa de natal para as crianças das escolas básicas e jardins de infância, a mesma teve um contributo muito importante e este ano foi sem dúvida o melhor espectáculo. Informou ainda que na reunião realizada com a Associação Nacional das Freguesias - ANAFRE, recebeu informação sobre a descentralização.

Relativamente ao Relatório de Atividades, referiu que está à disposição para alguma informação adicional ou para alguma dúvida que possa haver.

Não houve intervenções.

Deu-se por encerrado a ordem de trabalhos era uma hora e vinte minutos.

E, nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata, (Anexo XIV), e que foi assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim Vera Ferraz que a redigi.

O Presidente da Assembleia

(Manuel Eduardo Lança Marques)

O Primeiro Secretário

(Carlos Manuel Canelas)

Anexo I

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Lista de Presenças

	ASSEMBLEIA DE FREGUESIA REALIZADA EM 17/12/18	
	João Carlos Pereira Veiga CDU	
Sub	Maria do Rosário Fernandes PSD	
	Celina Marques Figueiredo CDU	
	Luciano José Fernandes PSD	
	António Luís Oliveira BE	
	Joaquina Maria Tapadinhas Salpico CDU	
Sub.	João Rodrigues CDS	
	Manuel Joaquim Marques PS	
	Maria do Céu Santos Simões PS	
	João Carlos Peres CDU	
	Francisco José dos Santos PS	
	Francisco José Cordeiro PSD	
	Manuel Eduardo Lança Marques PS	
	Maria Irene Fradinho PS	
Sub	Gabriel Potra PS	
	Nuno Miguel Tereso PS	
	Maria de Lurdes Ferreira PS	
	Carlos Manuel Canelas PS	
Sub	Leonildo Manuel Luís PS	

O Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesia de Montijo e Afonsoeiro

Marques

Anexo II

Bloco de Esquerda

Montijo

SUGESTÃO

Informações adicionais na fatura da água

O Bloco de Esquerda do Montijo, vem desta forma sugerir à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, que interceda junto da Câmara Municipal do Montijo, a viabilidade de usar a fatura da água, para informar os munícipes de alterações futuras no que diz respeito mudanças de transito no município e outros assuntos de utilidade pública.

Esta proposta, a nosso ver, é de fácil execução com custos reduzidos, e certamente trará um melhor serviço público ao município.

Montijo, 17 de dezembro de 2018

O deputado do Bloco de Esquerda

António Luís Costa de Oliveira

Anexo III

AP | autarcas populares

CDS-PP

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO

6ª SESSÃO ORDINARIA

17 de Dezembro de 2018

Proposta para a criação de Unidade Local de Protecção Civil

A valorização da prevenção ou diminuição de riscos é hoje uma realidade reconhecida pelo Estado português e por diversas instituições internacionais, como é o caso da ONU, através da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD).

As políticas de sensibilização e de formação dos cidadãos na área da protecção civil encontra-se assim, e cada vez mais, com maior expansão e implementação a nível internacional, nacional e até municipal.

A nível municipal, na lei de bases da Protecção Civil, é prevista a criação de unidades locais (ULPC), neste caso de âmbito territorial da freguesia e presidida, nos termos da alínea o) do número 1 do artigo 18º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013), pelo Sr. Presidente da respectiva Junta. Deverá ser esta uma organização proactiva e dinâmica de funcionamento, sendo também ela um instrumento de cooperação e colaboração com o Serviço Municipal de Proteção Civil, tornando-se, desta forma, a resposta da proteção civil municipal mais próxima das comunidades.

Assim, e com o objectivo de valorizar a prevenção e atenuar riscos de acidentes graves ou catástrofe, e auxiliando e protegendo pessoas e bens em perigo, tornando mais eficiente o mecanismo municipal de prevenção, e prestando um apoio mais próximo aos agentes de proteção civil que desenvolvem acções de prevenção, proteção e socorro no território da freguesia, suscitando também, desta forma, o interesse da população local, é também aqui proposta a criação de uma Unidade Local de Protecção Civil, no território da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro.

A ULPC, enquadra-se e opera no princípio da **prioridade** da protecção civil no seu interesse publico, no da **prevenção**, considerando, reduzindo ou eliminando os riscos de acidente grave ou de catástrofe de forma antecipada, no da **precaução**, executando tais medidas, no da **subsidiariedade**, atendendo à dimensão e à gravidade dos efeitos das ocorrências, no da **cooperação**, sendo esta uma atribuição de todas as entidades públicas e privadas, mesmo até dos próprios cidadãos, no da **coordenação**, através da articulação entre a definição e a execução das políticas nacionais, regionais, distritais e municipais de protecção civil, no da **unidade de comando**, que determina que sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica

CDS-PP| Comissão Politica Concelhia WWW.CDS.PT

Rua da Misericórdia, 33 | 2870-283 Montijo E-mail: cdsppmontijo@cds.pt

e funcional, os agentes actuam sob um comando único, e o da **informação**, assegurando a divulgação das informações relevantes, previstos no artigo 5° da Lei de bases da Protecção Civil, para além dos restantes princípios previstos na CRP e aplicados neste âmbito.

A ULPC será assim uma estrutura de proximidade, conhecedora da situação local, composta por agentes locais devidamente formados e com equipamento devido, intervindo, numa lógica de subsidiariedade, em ocorrências de pequena ou de maior dimensão, e prestando primeiro socorro e/ou apoio logístico em situações de maior gravidade. Estes agentes locais, membros da população civil e voluntários por natureza, terão assim um papel extremamente importante na comunidade, seja nas fases da pré-emergência, emergência ou de recuperação.

Apesar dos agentes locais de Protecção civil (ALPC) serem cidadãos voluntários, estes necessitam de possuir competências técnicas, pelo que uma excelente formação é essencial para benefício dos próprios e de toda a comunidade, bem como para o bom funcionamento desta unidade, pois serão estes os elementos de primeira intervenção.

Assim, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa e no Regimento desta Assembleia, a concretizar-se o disposto no artigo 43º da lei de bases da Protecção Civil, versada na Lei 27/2006, bem como do artigo 8º da Lei n.º 65/2007, que define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, e da alínea g) do número 2 do artigo 7º, alínea y) do número 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, onde se estabelece o regime jurídico das autarquias locais, dentro da sua competência de promoção e salvaguarda do interesse próprio da população, enquanto estrutura de concretização das acções fixadas por si, em articulação com os serviços municipais de proteção civil, o deputado do CDS-PP propõe que a Assembleia delibere : - A criação da Rede de Agentes Locais de Proteção Civil e a criação do seu respectivo regulamento, também nos termos do artigo 241º da CRP.

Montijo, 17 de Dezembro de 2018

Pela bancada do CDS-PP,

João Rodrigues da Silva

Anexo IV

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS
DE
MONTIJO E AFONSOEIRO

6ª SESSÃO ORDINARIA

17 de Dezembro de 2018

Declaração Política

"Respeito pelo Direito da oposição"

Após se ter afastado um regime autoritário e paternalista a 25 de Abril de 1974, e de um breve período de instabilidade política, social e económica, finalmente se estabeleceu um Estado de Direito democrático. Este sistema democrático, com as suas regras ou normas legais, contempla princípios e orientações constitucionais, dignas de uma estrutura que respeita e protege os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e, por tal, os partidos políticos na oposição.

Estes princípios basilares de um sistema de Direito democrático devem nortear a nossa actividade política, quer em função executiva quer em função de oposição, servindo muitas vezes de balanceamento ou de contrapeso ao exercício do poder. Os eleitos deverão administrar a coisa pública e implementar nela os projectos e as medidas a que se propõem, com base nos seus programas e ideais, e aos eleitos da oposição, a fiscalização dos actos ou omissões destes, bem como propor outras medidas executivas.

Esta acção de oposição, que muitas vezes poderá até beneficiar o poder executivo, pressionando-o nalguns casos e noutros mostrando alternativas, beneficiará também a população. Noutros casos, com vista à possível inactividade ou acções políticas que não vão ao encontro do que a população deseja, poderão os membros da oposição ser um meio ou uma voz daquela.

A confiança nestas instituições, quer pelos seus membros quer pelos membros da população, deverá ser uma realidade intocável pois é fundamental para que um sistema democrático se mantenha em pleno funcionamento mesmo durante o período de cada mandato, e tudo deverá ser feito pelos seus membros para que tal se mantenha. Actos políticos ou procedimentos administrativos que restringem ou eliminem esta confiança deverão ser removidos das instituições.

Recentemente verificou-se um acto que violará tais princípios democráticos, quer da oposição quer da população, tendo a confiança institucional sido colocada em causa com a violação de correspondência dirigida a gabinete de vereação da oposição, vereador este

democraticamente eleito, por ordem expressa do executivo da Câmara Municipal de Montijo, de cuja autarquia esta assembleia também faz parte.

Esta acção de controlo do conteúdo da correspondência dos gabinetes da oposição, dentro da instituição, colocará também em causa o sigilo ou discrição expectável por parte da população ou de outras instituições. Caso exista a necessidade de controlo de correspondência este deverá ser efectuado em moldes que não coloquem em causa a confiança do emissor e do receptor naquela instituição. O sistema de registo da instituição deverá ter em conta uma proteção de sigilo democrático aos referidos gabinetes dos membros da oposição.

Os gabinetes de vereação dos partidos que fazem parte da oposição, detendo estes a função de servir o ou os seus vereadores, não fazem parte do executivo nem representarão directamente a instituição, e merecerão de procedimentos administrativos autónomos ou semi-autónomos e confidenciais, em especial no seu conteúdo, ainda que possam estar ligados de alguma forma ao sistema de correspondência da instituição pública.

É por tudo isto um acto condenável e nunca tal deveria ter ocorrido.

O processo encontra-se, neste momento, em apreciação judicial, sendo que para além da respectiva acão ou acções judiciais, carece neste caso de resposta política, pelos princípios democráticos de que também esta assembleia se deverá nortear pela sua função de representação da comunidade.

Assim, a bancada do CDS-PP vem condenar tais actos ou procedimentos bem como rogar a que se promova a remoção de todos estes que coloquem em causa os princípios democráticos e a confiança nas instituições públicas e políticas do município de Montijo.

Montijo, 17 de Dezembro de 2018

Pela bancada do CDS-PP,

João Rodrigues da Silva

Anexo J

AP | autarcas populares

CDS-PP

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS
DE
MONTIJO E AFONSOEIRO

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

17 de Dezembro de 2018

Declaração Política

"25 de Novembro de 1975"

A 25 de Abril de 1974 protagonizou-se a revolução que colocou fim a um sistema autoritário, tendo este início a 28 de Maio de 1926, após um período de forte instabilidade política, social e económica, verificado em Portugal ao longo da primeira república. Foram cerca de 48 anos de regime que passou por todo um período do século XX, objectivamente rico em factos históricos nacionais e internacionais.

Com esta revolução, assim designada, pretendia-se a par de outros factores motivadores, devolver ao Estado português um sistema democrático, e teve como um dos objectivos o restabelecimento de eleições democráticas, objectivo esse concretizado a 25 de Abril de 1975 com as eleições para a Assembleia Constituinte, tendo obtido uma taxa de 91 % de participação, sendo os partidos mais votados, PS, PPD, PCP e CDS. Finalmente a 25 de abril de 1976 foi finalmente aprovada a Constituição portuguesa, com o voto contra dos deputados do CDS, argumentando de que a nova Constituição teria um carácter "paternalista", "socialista" e "transpersonalista" ou omnipresente, ainda que respondesse a muitos dos nobres ideais que a inspiraram à partida. Não foi este o único partido pronto para votar contra ou abster-se, mas foi este o único partido que o concretizou.

Existiram várias correntes ao longo de todo este período que se queriam ver impostas, quer por grupos de civis quer por grupos militares, umas correntes mais ligadas à esquerda e outras mais à direita. Verificaram-se golpes e contragolpes, passando pelo período "Gonçalvista" do II ao V governo provisório, tendo este caído a 19 de Setembro de 1975, e onde se verificaram várias nacionalizações da banca, seguros, transportes, e de outros sectores, passando pelo 11 de Março e também pela célebre declaração de Vasco Gonçalves de que não se poderia "perder por via eleitoral o que tanto tem custado a ganhar ao povo português", ideia esta partilhada por forças de extrema-esquerda, passando também pelo chamado verão quente, observando a população

a assaltos e cercos a sedes e comícios de partidos políticos e até posteriormente ao próprio VI governo, tendo este logo a seguir suspendido funções, bem como a destruição verificada nas instalações da Rádio Renascença, às mãos de alguns militares paraquedistas, e da revolta de trabalhadores e de agricultores. Estes e outros factores, como a divisão entre norte e sul, geraram um clima de guerra civil, tendo inclusive sido distribuídas armas militares por organizações, algumas destas nunca depois recuperadas.

A 25 de Novembro de 1975, finalmente colocou-se cobro a uma situação insustentável e incontrolável, um pouco à semelhança do clima presente na primeira república, quer civil, quer política quer económica, bem como colocar termo final à vontade de alguns em impor uma nova ditadura de extrema-esquerda, com a intervenção dos Comandos, sob o comando de Ramalho Eanes e execução operacional de Jaime Neves, pondo fim a uma acção de militares paraquedistas e rendendo a Polícia Militar, também afecta à extrema-esquerda, retomando desta forma o propósito conquistado a 25 de Abril de 1974. Houve aqui a lamentar ainda a morte de 3 militares nesta operação. Estava assim terminado o Processo Revolucionário em Curso (PREC), o domínio da extrema-esquerda e dos adeptos do poder popular, para finalmente se entrar na fase democrática. O povo português, através da expressão da sua vontade democrática, assim o tem demonstrado.

Esta data detém uma grande importância na vida democrática do Estado português e deverá ser celebrada, a par de outras, como marco histórico na nossa sociedade, sendo considerado um dia de invocação da liberdade e da democracia.

Assim, a bancada do Grupo do CDS-PP saúda todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da democracia, da paz e da liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.

Montijo, 17 de Dezembro de 2018

Pela bancada do CDS-PP,

João Rodrigues da Silva

CDS-PP| Comissão Política Concelhia

Rua da Misericórdia, 33 | 2870-283 Montijo

WWW.CDS.PT

E-mail: cdsppmontijo@cds.pt

Anexo VI

PCP-PEV

CDU - Coligação Democrática Unitária

Assembleia de Freguesia da
União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

SAUDAÇÃO

Saudamos a luta dos utentes dos transportes públicos rodoviários do Concelho de Montijo, que realizaram uma concentração no passado dia 17 de Novembro, pelas 10h30, junto à estação dos TST em Montijo, promovida pela Comissão de Utentes de Transportes Públicos Rodoviários de Montijo, reivindicando mais horários, melhor qualidade dos transportes públicos e melhor serviço público.

Esta concentração vem na sequência de várias movimentações de utentes, desde abaixo assinados, intervenções na Câmara Municipal, no período destinado ao público e numa reunião realizada no Bairro do Areias, com cerca de 100 utentes.
Nesta concentração foi aprovado realizar um abaixo-assinado e um pedido de reunião com a administração dos TST.

Sendo verdade que no Concelho de Montijo, ao longo dos anos, o direito à mobilidade que a Constituição consagra, agravou-se com a diminuição de carreiras e horários, ao mesmo tempo que a população e o número de utentes aumenta, isolando Freguesias e Bairros da Cidade. Tudo isto fruto da brutal redução e degradação da oferta de transportes, que se agravou nas últimas décadas, foi o resultado da privatização da Rodoviária Nacional, do congelamento do investimento, da redução do número de trabalhadores, abaixo dos mínimos operacionais necessários, e do brutal aumento dos preços.

Mas a situação nos últimos meses, agravou-se ainda mais, devido à parceria estabelecida entre a Câmara Municipal e os Transportes Sul do Tejo, conforme descreve a Revista Transportes em 31/07/2018, e que o Presidente da Câmara, perante a intervenção dos utentes, reconheceu ao afirmar que "vamos falar com os Transportes Sul do Tejo para que a situação volte ao que era anteriormente", esquecendo-se que a situação anterior já era bastante má.

Queremos reafirmar aos utentes e à sua Comissão, que connosco podem sempre contar na luta pelo direito à mobilidade, que é uma necessidade.

Os Eleitos da CDU,

17/DEZ/2018

Anexo VII

PCP-PEV

CDU - Coligação Democrática Unitária

Assembleia de Freguesia da
União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

VOTO DE PROTESTO

Considerando a pacífica e justa concentração dos alunos da Escola D. Pedro Varela, contra a falta de Assistentes Operacionais realizada no dia 29 de Novembro;

Considerando que a luta dos Alunos, Pais e Professores da Escola D. Pedro Varela, pelo normal e regular funcionamento da escola, se insere na defesa dos seus direitos e da Escola Pública;

Considerando a intervenção, violenta e despropositada, da Policia de Segurança Pública, sobre jovens alunos menores, Pais e Professores, originando agressões e turbulência, a quem mais não fazia que defender a Escola Pública D. Pedro Varela, na exigência legítima do seu normal e regular funcionamento.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro reunida a 17 de Dezembro de 2018, delibera:
Manifestar por essa violenta, desarqueada e despropositada intervenção da Policia de Segurança Pública, que faz lembrar tempos de má memória, o seu mais profundo Protesto.

Os Eleitos da CDU,

A enviar:
- Presidente da República;
- Presidente da Assembleia da República;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Primeiro-Ministro;
- Ministro da Educação;
- Direção do Agrupamento de Escolas do Montijo;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola D. Pedro Varela;
- Comunicação Social.

Anexo J III

PCP-PEV

CDU - Coligação Democrática Unitária

Assembleia de Freguesia da
União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

VOTO DE SOLIDARIEDADE

Realizou-se no dia 29 de Novembro, uma concentração/protesto dos alunos da Escola D. Pedro Varela, contra a falta de Assistentes Operacionais e que contou com o apoio da Associação de Pais e de Professores.

A falta de Assistentes Operacionais faz com que a referida escola, funcione de forma deficitária com o encerramento do pavilhão desportivo, do bar que serve os lanches aos alunos mais carenciados, atrasos nas refeições servidas no refeitório e a papelaria com horário reduzido.

A situação não é nova, o que tem merecido a denúncia dos pais nas Reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal.

Matéria esta, também já bastas vezes alertada na Assembleia Municipal e Câmara, por parte da Oposição.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, reunida no dia 17 de Dezembro de 2018, manifesta o seu incondicional apoio à justa luta dos Estudantes, Pais e Professores da Escola D. Pedro Varela e exige, em defesa da Escola Pública, que no âmbito das competências que a si chamou, a Câmara Municipal assuma as suas responsabilidades, contratando o número de Assistentes Operacionais necessário para o normal e regular funcionamento da Escola D. Pedro Varela.

Os Eleitos da CDU,

A enviar:

- Presidente da República;
- Presidente da Assembleia da República;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Primeiro-Ministro;
- Ministro da Educação;
- Direção do Agrupamento de Escolas do Montijo;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola D. Pedro Varela;
- Comunicação Social.

Anexo IX

Declaração Política

União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Declaração Politica ao Voto de Solidariedade e Voto de Protesto da bancada do PCP

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

Exmo. Senhor Presidente do Executivo

Restantes membros do Executivo

Senhoras e Senhores Deputadas

Minhas Senhoras e meus Senhores

"Intervenção, violenta e despropositada da PSP..."

Qual intervenção violenta?
Onde estão as imagens e os factos documentados de semelhante intervenção violenta que façam lembrar os "tempos de má memória"?
Porque aquelas que foram publicadas nas redes sociais não demonstram qualquer abuso de força policial, muito pelo contrário...mostram um grupo de alunos menores, recorrendo a linguagem menos própria, a empurrar um agente da autoridade provocando o seu desequilíbrio, que por consequência arrasta uma aluna...é aqui que está a violência?!...Perguntamos nós?
Mostram um desrespeito pela autoridade não colaborando, nem permitindo que esta reponha a ordem...o Artigo 21º da Constituição da Republica Portuguesa consagra o direito de resistência dizendo que todos têm o "Direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, **quando não seja possível recorrer à autoridade pública**...não **contra** a autoridade pública, muito menos quando estar tenta cumprir as suas obrigações e a lei !!!
Não podemos esquecer ou ignorar, por conveniência, que por muitos direitos que temos como cidadãos, inclusivamente o direito de ver os nossos direitos cumpridos, temos, igualmente consagrados e legislados, deveres que temos de cumprir!...deveres esses que a CDU pareceu ignorar perante este episódio.

O direito à manifestação consagrado pelo artigo 45º da Constituição da Republica Portuguesa, pressupõe algumas restrições previstas no Decreto-Lei nº 404/74 de 29 de Agosto, destacando-se entre outros:
- o dever de avisar por escrito e com antecedência de 2 dias úteis, em documento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal e com os dados exigidos por lei - diferente da autorização, a qual não necessita - e que não foi cumprido;

- O artigo 12º diz que não é permitida a não ocupação abusiva de edifícios públicos ou particulares - fechar uma escola a cadeado não é considerado uma ocupação abusiva de edifício publico?...não é limitar a liberdade daqueles, alunos, professores, assistentes operacionais que a ele pretendiam aceder?
- temos ainda, o dever de colaborar com as autoridades na manutenção da ordem e segurança publica - uma vez que o direito é consagrado a manifestações pacificas;
- o dever de respeitar as liberdades e segurança dos outros, entre outros;

Perante estas factos é dever e obrigação da autoridade, neste caso da Policia de Segurança Publica, restabelecer a normalidade, garantindo a segurança, direitos e liberdade de todos os cidadãos...teria sido DEVER dos alunos permitirem que isso acontece-se de forma pacifica e ordenada...

Teria sido DEVER cívico da CDU esclarecer e orientar estes jovens menores, a atuarem dentro dos princípios legais, cumprindo os seus deveres sem deixar de reivindicar os seus direitos...e não fomentar e incentivar, através do apoio manifesto e cobertura mediática, à desobediência e desordem.
Não é assim que se luta pelos nossos direitos!
Não é assim que formamos e educamos indivíduos responsáveis e respeitadores dos princípios democráticos!

É de lamentar a acusação, GRAVE e empolgada, que o PCP faz sobre a atuação dos agentes da autoridade, quando esta tenta cumprir as suas obrigações, com base em interpretações próprias, desadequadas e não documentadas.
É de lamentar o aproveitamento politico, para não lhe chamar manipulação de menores, ao aproveitar a carência momentânea (embora recorrente) da falta de assistentes operacionais, para reivindicar os seus interesses de agenda politica no combate à delegação de competências para as autarquias...
Senhores e senhoras deputadas, membros do executivo, minhas senhoras e meus senhores, a Câmara Municipal cumpre os rácios estabelecidos pela Portaria 272-A/2017, de 13 de Setembro, e ainda coloca mais funcionários nas escolas por reconhecer que os rácios estabelecidos não são suficientes e não estão adequados às estruturas físicas dos estabelecimentos de ensino...só não o fez nos anos de governo PSD/CDS por impedimento de contratações!
A Câmara Municipal, através do seu Conselho Municipal de Educação, já se manifestou junto do governo central, fundamentando o seu desacordo com os rácios definidos em Portaria...
A Câmara Municipal tem consciência das dificuldades e conhecimento da realidade vivida mas perante uma taxa de absentismo de 30%, que se verifica neste Agrupamento de Escolas, não há medida legal que consiga colmatar a falta de assistentes operacionais e as consequências da mesma.

Montijo, 17 de Dezembro de 2018

Bancada do PS

Anexo X

Declaração de voto

A bancada do Partido Socialista votou contra o Voto de Solidariedade e Voto de Protesto, apresentado pela bancada da CDU, por considerar que fazer deste facto um aproveitamento politico de agenda e fazer acusações não documentadas perante agentes da autoridade não são atitudes condignas de nenhum partido politico!
É nosso dever e obrigação orientar, instruir e educar os jovens na defesa dos seus direitos e cumprimento dos seus deveres, respeitando as leis e os agentes da autoridade...e não incentivá-los...apoiá-los a reivindicar direitos através de atos de desobediência e à margem da lei.

Montijo, 17 de Dezembro de 2018

Bancada do PS

Anexo XI

Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

Senhoras e Senhores Deputadas

Os Documentos Previsionais e o Mapa de Pessoal para o ano de 2019 que vos apresentamos reúnem as escolhas que este executivo entendeu, depois de ter reunido com todos os partidos que compõem esta Assembleia de Freguesia, serem as melhores para o desempenho das suas atividades e que simultaneamente respeitam as regras e reforçam a solidariedade para com todos aqueles que mais precisam e que corresponde, como é do conhecimento de todos, a uma das nossas principais prioridades da nossa politica para a Freguesia.

Este é um orçamento realista e equilibrado mas que não deixa de ser um orçamento que nos permite encarar o próximo ano com tranquilidade e confiança para que a nossa Freguesia continue a crescer, a ser mais solidária e mais confiante.

Sabemos das dificuldades que este exercício de previsão nos causou assim como sabemos que este trabalho não está, com toda a certeza, totalmente perfeito e que existirão alterações que irão resolver qualquer situação agora não prevista. É este Orçamento que irá contribuir para uma maior coesão social e, ao mesmo tempo, assegurar o desenvolvimento da nossa Freguesia.

Sabemos, porque estamos próximo das pessoas, o que as nossas e os nossos fregueses desejam. Uma Freguesia onde a igualdade de oportunidades entre todos seja uma constante, onde o apoio social seja a prioridade das prioridades e onde iremos reforçar o apoio às famílias carenciadas e também reforçar, ainda mais, as atividades com os nossos seniores para lhes proporcionar um envelhecimento ativo e saudável. Queremos uma Freguesia onde todos possam ter acesso à escola pública e à cultura, onde o apoio ao desporto e ao lazer, com a continuação dos contratos programa e apoios diretos às coletividades e instituições, apesar de haver por parte de alguns partidos da oposição criticas a estes apoios, seja cada vez maior.

Porque nunca iremos deixar de ser rigorosos e de cumprir ao máximo a disciplina orçamental, principalmente na contenção de despesa, temos consciência da dificuldade que este desafio nos irá trazer e por isso

sentimos o direito de apelar ao sentido de unidade. `E nos períodos difíceis que se exige a defesa do interesse da Freguesia, num consenso tão alargado quanto possível. Queremos construir uma Freguesia melhor com a ajuda de todos e que todos, independente do partido a que pertençam, se sintam realizados ao verem a "obra feita" e que a todos deve pertencer.

Foi com esse espírito que, e ao abrigo do estatuto do direito à oposição, quisemos dialogar com todos os partidos políticos da Freguesia. Criámos condições de diálogo e, embora este orçamento fosse elaborado na base das nossas escolhas, tivemos em conta as propostas e sugestões apresentadas pelos partidos da oposição, numa demonstração de sentido de unidade e vontade de trabalhar em conjunto em prol duma Freguesia cada vez mais coesa e solidária.

Porque a Freguesia é de todos, porque é a freguesia a autarquia de maior proximidade ao povo, porque olhamos o presente a pensar no futuro, esperamos que esta Assembleia viabilize os presentes documentos previsionais e o respetivo mapa de pessoal para 2019.

Montijo 17 de dezembro de 2018

O Presidente do Executivo da União das
Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Fernando Caria

Anexo XII

Senhor Presidente da Assembleia da União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Senhor Presidente da União das freguesias Montijo Afonsoeiro

Senhoras e senhores deputados

Senhoras e senhores membros do executivo

Senhoras e senhores fregueses

Os documentos previsionais que iremos discutir, analisar e votar, para 2019, englobam as Opções do plano, PPI, o Orçamento no valor de 554782.40€ (quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta e dois e quarenta cêntimos), na receita e na despesa, o mapa de pessoal, bem como as Ações Mais Relevantes em áreas diretamente ligadas às famílias (a educação e a ação social são um exemplo), e continuará a manter a União das freguesias de Montijo Afonsoeiro numa posição de referência, como uma freguesia com qualidade, uma freguesia de respostas sociais e cultura, uma freguesia com uma escola pública forte e com desenvolvimento baseado na defesa de valores e de coesão social, uma freguesia que aposta numa maior proximidade, mantendo assim as expetativas e esperanças das freguesas e dos fregueses.

Mas os documentos previsionais para 2019, mostram ainda, que as ações e atividades a desenvolver pelo executivo serão sempre baseadas nos recursos existentes financeiros e outros, no compromisso e no rigor em que a despesa a executar terá sempre que se ajustar às receitas existentes.

Mas também, com precaução e sentido da responsabilidade que tem norteado a excelente gestão do executivo da freguesia, mas sem esquecer nunca a visão do futuro, bem como as espectativas e o sentido de responsabilidade que os fregueses esperam tal como demonstraram nas eleições do passado 1 de Outubro de 2017 o que prova que os fregueses e freguesas serão sempre a principal preocupação do executivo.

Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia

Senhoras e Senhores Deputados

Os documentos em discussão apostam cada vez mais na participação dos nossos fregueses na vida da freguesia é por isso que saudamos a intenção deste executivo de iniciar em 2019 e pela primeira vez o Orçamento Participativo, procurando assim um maior aprofundamento da democracia participativa.

É dentro destes princípios políticos e sociais, essenciais e de uma política séria do executivo da junta que os documentos previsionais propostos para 2019 que hoje estão em discussão assentam neste desafio e neste objetivo, gestão rigorosa, equilibrada e transparente, contendo as verbas necessárias à realização das funções autárquicas da freguesia e dos fregueses, essenciais, como:

- O pagamento dos salários e os encargos sociais e fiscais dos trabalhadores cujo valor é de 206.041.00 o que corresponde a 37.14
- A escola pública, criando condições à comunidade educativa para uma escola de sucesso-
- A qualificação do espaço público e os parques infantis
- A conservação do património
- O ordenamento do Território e Ambiente
- Cultura, Desporto e Tempos livres
- Respostas prontas na área social
- Proteção Civil e Segurança
- A Formação de trabalhadores

Sr Presidente da Assembleia da freguesia

Senhoras e Senhores deputados

A proposta de Orçamento e plano de Atividades para 2019 da União das freguesias Montijo Afonsoeiro que estamos a analisar, reflete ainda, aquelas que são as grandes prioridades do executivo:

Gestão Financeira Rigorosa, Ação Social cada vez mais na hora e no momento próprio, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Educação e o cumprimento dos Acordos de Execução que foram analisados discutidos e votados nesta Assembleia de Freguesia e na Câmara Municipal.

Na Educação é importante destacar a ação do executivo na reabilitação do parque escolar (pequenas obras e reparações); o apoio a livros escolares; as verbas para expediente e limpeza as quais foram aumentadas em relação a 2018; o transporte de

alunos do 1º ciclo e jardim de infância, as crianças que estão fora dos transportes escolares do território da freguesia, as Bolsas de Estudo, e as atividades extracurriculares.

Na Ação Social destacaremos o Apoio Sócio Alimentar a todas as instituições responsáveis na freguesia pela distribuição de apoio alimentar às famílias carenciadas; as colónias balneares para crianças e pessoas idosas; os rastreios; realça-se ainda o apoio à Comissão de Proteção de crianças e jovens em risco, os cabazes de Natal, os cursos de Inglês e informática e pela primeira vez a Criação do Banco de Ajudas Técnicas.

Na Cultura Desporto e Tempos Livres é de realçar o número significativo de atividades propostas para 2019 a desenvolver pela junta de freguesia e outras em parceria com a Câmara Municipal; o apoio ao movimento associativo com a elaboração de contratos – programa ou protocolos de colaboração no âmbito da lei do desenvolvimento desportivo Lei Nº75. Realça-se ainda o Dia da Freguesia, O Dia Mundial da Criança, a Festa de Natal das escolas do 1º ciclo e JI DA FREGUESIA.

Nas parcerias com a Câmara Municipal destacaremos a Feira Quinhentista as Festas Populares de S. Pedro, Montijo Lugar de Encontros e o Carnaval, neste evento a Junta de Freguesia desempenha um papel de coordenação com o movimento associativo.

Realça-se ainda dentro das competências previstas na leinº75/2013 de 12 de Setembro a proposta do executivo da junta para prosseguir com a manutenção dos parques infantis; caminhos pedonais, e a toponímia.

Senhor Presidente da Assembleia da União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Senhoras e Senhores Deputados

O Orçamento, as Grandes Opções o mapa de pessoal, o Plano de atividades e o PPI da União das freguesias Montijo e Afonsoeiro para 2019, para além do rigor entre receita e despesa, tem no centro de toda a sua atuação a proximidade, a preocupação com e pelas pessoas mantendo, a esperança, no futuro e procurando contribuir para uma freguesia ainda mais solidária com mais qualidade de vida, e com o objetivo de melhor servir a população da freguesia numa palavra o bem estar de todos os fregueses e freguesas do Montijo/Afonsoeiro.

A bancada do Partido Socialista
Montijo 17 de Dezembro de 2018

Anexo XIII

Bloco de Esquerda

Montijo

DECLARAÇÃO DE VOTO

Grandes Opções do Plano
/ PPI /
Orçamento 2019

O Bloco de Esquerda do Montijo, abstêm-se na votação da proposta *Grandes Opções do Plano / PPI / Orçamento 2019 e Mapa de Pessoal*, de modo a respeitar a decisão dos Montijenses, que escolheu o atual executivo, para governar.

A nossa abstenção não tira as responsabilidades do Bloco de Esquerda de estar atento a anomalias que advenham da governação do atual executivo e agir em defesa, quando assim o justifique, em prol de uma freguesia melhor.

Montijo, 17 de dezembro de 2018

O deputado do Bloco de Esquerda

António Luís Costa de Oliveira

ANEXO XIV

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO
MINUTA DA ATA Nº 6 /2018
17 | DEZEMBRO | 2018

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária pelas vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

PONTO UM – Discussão e votação da proposta do Executivo da Junta n.º206/2017-2021**"Grandes Opções do Plano/PPI/Orçamento 2019 e Mapa de Pessoal para 2019".**----------

PONTO DOIS – Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º5A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ----------

ORDEM DO DIA	DELIBERAÇÕES	VOTAÇÃO		
		APROVADA		R
		U	M	
Ponto Um Proposta nº206/2017-2021	A proposta foi aprovada com onze votos a favor (10 PS e 1 CDS) sete abstenções (4 CDU, 3 PSD e 1 BE) e zero votos contra		X	

U – Unanimidade | **M** – Maioria | **R** – Reprovado

Nada mais havendo a tratar, finalizou a reunião eram 01 h 20 , da qual se lavrou a presente minuta da ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Manuel Eduardo Lança Marques e por mim, Vera Mónica Ferraz, que a redigi. ----------

O Presidente

A Secretária

VERA FERRAZ